

**CENTRO DE ESTUDOS E
PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" -
CEJAM**

**POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS**

**SÃO PAULO
2021
CEJAM**

Sumário

INTRODUÇÃO	3
DEFINIÇÕES	3
PRINCÍPIOS	5
COLETA DE DADOS PESSOAIS	6
COLETA DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8
COLETA DE DADOS PESSOAIS PARA PROCESSO DE SELEÇÃO E DE COLABORADORES	8
USO DE COOKIES	8
DIVULGAÇÃO, ARMAZENAMENTO OU TRANSFERÊNCIA DE SEUS DADOS PESSOAIS	10
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS	10
DIREITOS DOS TITULARES	11
ALTERAÇÕES EM NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES	12
CANAIS DE ATENDIMENTO	12
REFERÊNCIAS	12

INTRODUÇÃO

A presente Política de Proteção de Dados Pessoais tem como objetivo fornecer orientações sobre como gerenciar as diversas atividades e operações de tratamento de dados pessoais existentes no **Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM**.

Este documento faz parte do Programa de Conformidade da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) na Instituição e pode ser encontrado em seu site eletrônico – aba Governança e Integridade.

DEFINIÇÕES

Os conceitos legais e definições a seguir são aplicáveis em conjunto com outros termos definidos a serem utilizados pelas Partes e estão de acordo com os previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), sendo eles:

ENTIDADE: Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM.

DADOS: quaisquer informações inseridas, fornecidas, tratadas ou transmitidas para o CEJAM.

DADOS PESSOAIS: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. A lei brasileira define "dado pessoal" como todo aquele que se refira a uma pessoa física identificada ou identificável (RG, CPF, foto, data de nascimento, endereço).

BANCO DE DADOS: conjunto estruturado de dados pessoais estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico. Frequentemente abreviado pelas letras “B.D”.

ENCARREGADO DE DADOS (Data Protection Officer - DPO): pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

COMPARTILHAMENTO: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

TERMO DE CONSENTIMENTO: documento que coleta manifestação favorável ao tratamento dos

dados pessoais para finalidades determinadas.

COOKIES: pequenos arquivos enviados pelo site CEJAM, salvos nos seus dispositivos, que armazenam as preferências e outras poucas informações, com a finalidade de personalizar sua navegação de acordo com o seu perfil.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: dado relacionado à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

TITULAR DOS DADOS: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objetos de tratamento.

TRATAMENTO: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

CONTROLADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados. No caso da presente política, o CEJAM é o controlador dos dados que recebe e faz o tratamento necessário.

OPERADOR: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Como exemplo ilustrativo, o operador pode ser um funcionário que opera ou manipula os dados conforme a finalidade. Isso também pode ser feito por uma empresa terceirizada.

AGENTES DE TRATAMENTO: controlador e operador.

DADO ANONIMIZADO: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento, por exemplo, a anonimização. Após serem anonimizados, os dados não são mais considerados dados pessoais, exceto se for possível a reversão ao padrão original.

USO COMPARTILHADO DE DADOS: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento

permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

AUTORIDADE NACIONAL: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional. Também conhecida como Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, este órgão emitirá regularmente normas para o melhor cumprimento da LGPD.

GDPR: *General Data Protection Regulation*, principal lei de proteção de dados da Europa. A partir dela, diversas leis foram desenvolvidas ao redor do mundo, inclusive a LGPD.

PRINCÍPIOS

Sendo o tratamento de dados atividade disciplinada em Lei nacional, os princípios relacionados devem ser observados no tratamento realizado pela entidade. Os princípios são normas norteadoras do comportamento humano, sem os quais suas atividades não teriam um alicerce direcionador. Listamos abaixo **alguns** dos princípios de maior relevância prática no tratamento de dados:

Princípio da Finalidade: conforme a lei, a realização do tratamento deve ser para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades. Talvez este seja o princípio de maior impacto. Isso porque, os dados devem ser tratados para a finalidade que foram coletados. Sendo assim, o tratamento de um dado coletado para a finalidade "x" não pode ser desviado para outra. Caso seja necessário um tratamento diferente, o colaborador em conjunto com a sua coordenação, deve proceder a novo pedido de consentimento ao titular do dado esclarecendo as mudanças.

Princípio da necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados. Este princípio também é conhecido como "Princípio da Minimização" que vem disposto na GDPR. No momento de colher os dados de um titular, o operador deve colher aquilo que for minimamente necessário, não sendo permitido extrapolar o volume de dados que não seriam essenciais para o tratamento.

Princípio do livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integridade de seus dados pessoais. Este princípio é observado através do atendimento aos titulares e será disciplinado em política específica que apresentará todo o formato de atendimento às requisições dos titulares de dados.

Princípio da qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu

tratamento. Este princípio é relacionado a finalidade do tratamento de dados. No momento do recolhimento dos dados, o operador deve estar ciente de que recolheu os dados corretamente. Além de melhorar a finalidade de uso, é também um fator de segurança.

COLETA DE DADOS PESSOAIS

O CEJAM apresenta abaixo as orientações a respeito dos formatos de coleta de dados. A coleta é um dos momentos mais importantes, pois é o ingresso das informações nos bancos de dados da entidade. É importante lembrar que, o simples fato de efetuar a coleta também é uma forma de tratamento de dados pessoais e deve ser efetuada em conformidade com a LGPD.

❖ O QUE COLETAMOS

A coleta e tratamento poderá envolver tanto os **dados pessoais** (informações que possam identificar, direta ou indiretamente um indivíduo ou titular – art. 5º, I da Lei Geral de Proteção de Dados) **como dados pessoais considerados sensíveis**.

São coletados:

- Nome completo, gênero, data de nascimento, estado civil, CPF, RG, e-mail, número do cartão SUS, telefones para contato, filiação, dados do cônjuge, dados dos dependentes, endereço completo (profissional e pessoal), currículo (nome, telefone, e-mail).

-*Dados clínicos:* Informações sobre a saúde: sintomas, histórico de saúde, medicamentos utilizados, resultados de exames, hábitos relacionados à saúde, como: consumo de bebidas, fumo, atividade física; informações sobre necessidades especiais.

Os Dados, poderão ser **coletados quando:**

- (i) Há interação com o site;
- (ii) Fornecidos pela unidade e/ou hospital em que iniciou ou estiver realizando seu tratamento;
- (iii) Visita às nossas unidades.

Ao solicitar dados pessoais e dados pessoais sensíveis, o CEJAM poderá solicitar o consentimento do usuário por meio do Termo de Consentimento, seguindo e cumprindo as obrigações legais e regulatórias.

❖ PARA QUE COLETAMOS

O **CEJAM** é responsável pela administração de diversos equipamentos de saúde da rede pública e poderá realizar a coleta tanto de dados pessoais, como de dados pessoais sensíveis, para as seguintes finalidades:

- (i) Identificação e cadastramento nos sistemas internos das unidades;
- (ii) Cumprir as obrigações decorrentes do uso na prestação de todos os serviços de saúde;
- (iii) Cumprir obrigações legais, regulatórias e contratuais com o órgão público Contratante;
- (iv) Comunicações compulsórias exigidas por lei, ou por determinação de autoridades judiciais ou administrativas;
- (v) Prover prestação de serviços para tutela da saúde, proteção da vida ou da incolumidade física do titular, incluindo diagnósticos prévios, doenças preexistentes, relatório de anamnese, resultados de exames etc.;
- (vi) Quando for necessário para realizar exames clínicos e laboratoriais por meio de empresas ou instituições terceiras;
- (vii) Portabilidade dos dados cadastrais para outro Controlador do mesmo ramo de nossa atuação em atenção ao artigo 18 da LGPD;
- (viii) Ampliar o relacionamento com o usuário informando sobre novidades, conteúdos e notícias;
- (ix) Ofertas de oportunidades de trabalho, com o envio das informações contidas no currículo para análise da Coordenação de Gestão de Pessoas;
- (x) Para proteger nossos direitos, privacidade, segurança ou propriedade.

Em decorrência da atividade fim do **CEJAM**, consistente na prestação de serviços de saúde, e, por serem sensíveis, a LGPD autoriza o tratamento deste tipo de dados o fazendo de forma expressa na Lei (art.7º, VIII, art.11, II, F).

No **CEJAM**, estes dados são tratados com maior rigor de privacidade através de medidas técnicas e organizacionais.

Tal prestação de serviço demanda intercâmbio de informações entre entidades e órgãos públicos, cuja finalidade é exclusivamente executar os serviços de saúde na tentativa de alcançar a melhor entrega possível ao usuário final.

Sendo o tratamento desses dados indispensáveis para o atendimento ao público de forma adequada, a LGPD dispõe que, nestes casos, pode ocorrer o tratamento sem o consentimento do titular (art.11, II, §4º).

COLETA DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No exercício da prestação de serviços públicos de saúde, o **CEJAM** realiza o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis de crianças e adolescentes.

Assim, quando houver a necessidade de qualquer tipo de tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, incluindo coleta, processamento, armazenamento ou compartilhamento, os responsáveis legais do titular serão comunicados e informados acerca das finalidades, bem como serão devidamente colhidos os seus consentimentos para realização do tratamento.

COLETA DE DADOS PESSOAIS PARA PROCESSO DE SELEÇÃO E DE COLABORADORES

Para participação de processo seletivo no CEJAM, os dados contidos no currículo profissional (nome, contato, foto de identificação) são coletados através de plataforma de recrutamento e seleção e armazenados no prazo mínimo estabelecido pela legislação.

No tocante aos colaboradores, todos os dados (identificação, número dos documentos pessoais, informações profissionais e educacionais, dados financeiros, dados dos dependentes e dados biométricos) são coletados e armazenados em sistemas de informação (plataformas/data center). A finalidade é justamente para manutenção do contrato de trabalho, encontrando proteção no exercício do contrato celebrado entre as partes.

O tratamento dos dados acima é realizado através do cadastramento em sistemas de informação e poderá ser compartilhado com órgãos públicos para atendimento de requisitos legais, além dos terceiros, isto é, prestadores de serviços para concessão de benefícios e permissões de credenciais para acesso aos locais de trabalho.

USO DE COOKIES

O **CEJAM** recebe e armazena dados dos seus usuários mediante a utilização de *cookies*. *Cookies* são pequenos arquivos de texto que podem ser colocados no seu computador ou dispositivo portátil por sites ou serviços na web quando são acessados, que servem para reconhecer, acompanhar e armazenar sua navegação como usuário da internet.

São utilizados para melhorar o uso e a funcionalidade dos websites e demais serviços na web

oferecidos pelo **CEJAM**, permitindo conhecer melhor a forma como nossos visitantes utilizam nossos sites e serviços online, bem como as ferramentas e serviços por eles oferecidos.

Cookies de sessão

Os *cookies* de sessão permitem que os usuários sejam reconhecidos dentro de um site, de modo que qualquer alteração de página ou seleção de item ou de dados que o usuário faça, seja lembrada de uma página para outra. O exemplo mais comum é o recurso de carrinho de compras de qualquer loja virtual. Sempre que os itens são selecionados, a seleção é armazenada nos *cookies* da sessão, por isso é lembrada até que o usuário esteja pronto para fazer check-out.

Cookies persistentes

Os *cookies* persistentes permanecem no disco rígido do usuário até serem apagados pelo usuário ou até expirarem. Os *cookies* persistentes podem oferecer serviços simples ao usuário como visitante recorrente. Por exemplo, para manter a seleção de idioma do usuário. Quando o usuário visitar esse site, ele oferecerá, com base nas informações do *cookie*, o conteúdo no idioma escolhido durante a visita anterior.

Esse tipo de *cookie* pode tornar a experiência do visitante do site mais pessoal. Por exemplo, um usuário acessa um site para reservar um voo barato para o distrito de British Lake. Para que as transações (financeiras e com a companhia aérea) sejam bem-sucedidas, o usuário deve preencher informações pessoais (nome, endereço, número do passaporte, detalhes do cartão de crédito). Em uma próxima visita, tais informações estarão salvas devido às características do *cookie*.

Cookies de rastreamento

Um *cookie* de rastreamento geralmente é chamado de *cookie* de terceiros. Ele é colocado no disco rígido de um usuário por um site de um domínio diferente daquele que o usuário está visitando.

Assim como acontece com os *cookies* padrão, os *cookies* de terceiros colocados no computador possibilitam salvar algumas informações sobre o usuário para uso posterior. No entanto, os *cookies* de terceiros são geralmente definidos por redes de publicidade nas quais um site pode se inscrever.

Vale lembrar que cabe a quem acessa os domínios do **CEJAM** assegurar que as configurações do seu computador ou dispositivo portátil reflitam se o TITULAR concorda em aceitar *cookies* ou não.

DIVULGAÇÃO, ARMAZENAMENTO OU TRANSFERÊNCIA DE SEUS DADOS PESSOAIS

O **CEJAM** adota medidas técnicas em ambientes operacionais, adequadas relativamente à segurança e confiabilidade para garantir que os dados pessoais dos TITULARES sejam mantidos de forma confidencial e segura.

Os dados pessoais tratados serão acessados tão somente por colaboradores do **CEJAM** quando devidamente autorizados para cumprimento das finalidades estabelecidas nesta Política de Privacidade, bem como para eventual cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, respeitando os princípios de proporcionalidade, necessidade e relevância para os objetivos das atividades desempenhadas pela Instituição.

Caso empresas terceirizadas realizem o tratamento em nosso nome, de quaisquer dados pessoais que coletamos, respeitarão as condições aqui estipuladas e as normas de segurança da informação.

Vale lembrar que seus dados pessoais serão mantidos somente pelo tempo que for necessário para cumprir as finalidades descritas nesta política e/ou de acordo com prazos legais ou regulatórios vigentes aos quais estejamos sujeitos ou mesmo para o resguardar os direitos do **CEJAM**.

Em situações excepcionais, o armazenamento de dados pessoais, registros de tratamento e históricos será por um período maior do que o previsto na legislação. São elas:

- (i) Em caso de litígio pendente, os dados podem ser conservados até trânsito em julgado da decisão;
- (ii) Para fins de auditoria, segurança, controle de fraudes, proteção ao crédito e preservação de direitos;
- (iii) Na condição de Órgão de Pesquisa, para realização de pesquisas, garantindo, sempre que possível, a anonimização dos seus dados.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O compartilhamento dos dados pessoais dos TITULARES é realizado nas hipóteses abaixo para:

- (i) Cadastramento nos sistemas internos da unidade e uso na prestação de todos os serviços de saúde executados pela Instituição;
- (ii) Cumprimento de ordem judicial; requerimentos ou requisições de autoridades públicas ou

- governamentais competentes e, ainda, solicitações de órgãos de classe;
- (iii) Quando necessário para realizar exames clínicos e laboratoriais por meio de empresas ou instituições terceiras;
 - (iv) Com médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas prestadores de serviço que eventualmente irão nos apoiar na execução do atendimento e diagnóstico;
 - (v) Com instituições de pesquisa parceiras, para uso (anonimizado ou pseudoanonimizado) em projetos e atividades a que o CEJAM estiver vinculado, para a realização de estudos e pesquisas médicas;
 - (vi) Com empresas terceiras que irão nos apoiar no processo e nas operações que envolvem a execução dos nossos serviços, tais como, mas não se limitando a: transporte de resultados e amostras, suporte técnico a equipamentos laboratoriais, suporte técnico a equipamentos de tecnologia;
 - (vii) Para realização de comunicações/notificações compulsórias;
 - (viii) Por determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou de outra autoridade de controle competente.

DIREITOS DOS TITULARES

O TITULAR tem direito de solicitar, por meio do canal de comunicação detalhado nesta política, a confirmação da existência, requisitar a revisão, modificação e/ou uma cópia eletrônica da informação dos seus dados pessoais que são tratados pelo CEJAM, bem como, a eliminação ou a limitação de uso do dado pessoal, a portabilidade dos seus dados, ou ainda opor-se ao seu tratamento, exceto nos casos previstos em lei.

Vale destacar que, em determinados casos, a exclusão dos dados pessoais ficará condicionada à sua possibilidade técnica e respeitadas as obrigações legais e regulatórias vigentes quanto à necessidade de sua guarda.

Os titulares podem entrar em contato com a entidade para fins de exercício desses direitos. Para tanto, o CEJAM coloca à disposição o acesso ao DPO para que sejam efetuadas as requisições como pedido de informações sobre a existência dos dados, informações sobre a finalidade, compartilhamento, entre outras.

Este acesso pode ser feito através deste link: <https://cejam.org.br/governanca>, aba "Programa de Conformidade LGPD" e acessar o e-mail dpo@cejam.org.br.

ALTERAÇÕES EM NOSSA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E COOKIES

Toda e qualquer prática adotada por esta Política de Privacidade e o uso de *cookies* poderá sofrer atualização ou revisão a qualquer momento, sempre visando manter a conformidade com a legislação vigente.

Recomendamos que esta Política de Privacidade seja acessada frequentemente para observar quaisquer atualizações ou alterações realizadas.

CANAIS DE ATENDIMENTO

Em caso de qualquer dúvida com relação às disposições constantes nesta Política de Privacidade você poderá contatar o nosso Encarregado de Dados, através do e-mail: dpo@cejam.org.br

REFERÊNCIAS

Código de Ética Conduta do CEJAM;

Lei nº 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados;

Lei 12.965/2014 Marco Civil da Internet.

"Fundamentos de Segurança da Informação, com base na ISO 27001 e na ISO 27002", Hintzbergen, Jule, 3ª edição revisada, Brasport. Série "Best Practices". Copyright: © Van Haren Publishing, 2010, 2015, 190 p.

Regulamento (Ue) 2016/679 Do Parlamento Europeu E Do Conselho, De 27 De Abril De 2016.